VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – Comunicação de Líder: Muito obrigado, Presidente Pujol. Eu quero saudar os colegas vereadores; o público que está aqui hoje, e na TVCâmara. Vou fazer uma fala dividindo em duas partes. Primeiro para tratar também dos nossos convidados de hoje, os taxistas que estão aqui na Câmara, falando não só sobre a questão de biometria, mas também sobre aspectos de desburocratização dos táxis. Acho que quando nós falamos aqui sobre a nova lei dos táxis, do ano passado e retrasado, nesses longos debates que tivemos, eu fui uma pessoa, um vereador, que, assim como muitos outros, insistimos bastante pela questão da desburocratização e pelos prejuízos causados por algumas obrigações que foram, então, incluídas, como por exemplo, a biometria. Então, eu saúdo a iniciativa dos taxistas e também dos meus colegas vereadores em propor uma construção para que isso não mais seja obrigatório, assim como a revisão de outras burocracias que hoje acometem os táxis. Eu estava discutindo com eles se o melhor instrumento seria uma emenda ao projeto atual da EPTC ou se seria, eventualmente, um novo projeto que tratasse exclusivamente desse tema. Eu tendo a optar pelo projeto específico sobre o tema, para não incorrer em nenhum risco de judicialização, ou mesmo outros entendimentos, em prejuízo dessa redução burocrática. Entendo também que nós talvez tenhamos um espaço, passados aí um ano, dois anos da nova legislação do táxi, para fazer uma avaliação, ver o que funcionou e o que não está funcionando muito bem daquilo que, eventualmente, a própria EPTC pediu e que acabou não sendo necessário, ou se excedeu, para que nós possamos constituir, independente de partido ou de quem for o vereador, um projeto que atenda ao interesse não só dos motoristas, mas também do cidadão de Porto Alegre, que quer ter mais opções de transporte mais barato, mais eficiente e seguro, que são os aplicativos, os táxis, e temos agora a discussão sobre as votações do transporte coletivo e outros modais. Pensando nisso, nesse interesse público, acho que é de bom-tom pensarmos nós, lideranças, em como construir uma alternativa para desburocratizar o táxi, não deixar ele preso nessas amarras que ficaram do projeto anterior. Uma delas, por exemplo, é a questão da cor dos táxis, que ficou com um prazo de dois anos para ser modificada, enquanto poderia ser até a próxima troca do veículo. É uma burocracia desnecessária que gera custo, e que nós, lideranças, podemos chegar num consenso, num acordo para fazer um novo projeto e

fazer tramitar rapidamente, para podermos votar, quem sabe, ainda no primeiro semestre. Encerro essa questão dos táxis, para falar sobre o projeto da EPTC. Eu saúdo o diretor da EPTC, que está aqui hoje, eu vi o Fábio por aqui. Ontem esteve na CUTHAB, Comissão de Transportes, e, apesar de ter se disposto, aberto o coração, as palavras, enfim, para nos receber e também receber as nossas intervenções, não ficou muito claro que a intenção da Prefeitura não é fazer a interpelação de várias outras novas atribuições de poder, como consta no projeto, muito embora as declarações do presidente Fábio, as declarações do prefeito de que o projeto está sendo mal interpretado, o que de fato consta na redação do projeto é o que está gerando a interpretação dos vereadores. Existe muita confusão sobre o que, de fato, vai ser poder ou não dos nossos agentes de trânsito, e o quanto mais de poder nós daremos a eles. Se nós queremos, de fato, que eles possam fazer novas formas de fiscalização e, pior ainda, que o prefeito pode vir a versar sobre multas, autuações através de decretos, interpelando o próprio Poder Legislativo. Acho que o projeto não só carece de emendas, como carece, na verdade, de um substitutivo. Precisaria fazer um novo projeto, precisaria, quem sabe, reencaminhar esse projeto de uma maneira mais bem redigida, mais clara, mais objetiva, para que nós, vereadores, tenhamos clareza e segurança para poder votar naquilo que efetivamente nós queremos que a EPTC tenha de atribuições, porque o que nós temos hoje, muito embora diversas emendas melhorem o projeto, ainda é: mais poder concentrado no EPTC, menos poder para o cidadão e mais condições para que nós sejamos roubados, injustiçados e, como a gente sabe, depois é muito difícil questionar uma multa, um processo administrativo e conseguir vencer isso. Dificilmente o cidadão consegue ter poder, não só jurídico, como também tempo e recursos suficientes para se defender. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)